REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

ENTRE BENEFÍCIOS E BARREIRAS: CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS, OPERACIONAIS E TERRITORIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM PARINTINS-AM

BETWEEN BENEFITS AND BARRIERS: INSTITUTIONAL, OPERATIONAL AND TERRITORIAL FACTORS IN THE IMPLEMENTATION OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN PARINTINS, AMAZONAS, BRAZIL

ENTRE BENEFICIOS Y BARRERAS: CONDICIONANTES INSTITUCIONALES, OPERATIVOS Y TERRITORIALES DE LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS EN PARINTINS, AMAZONAS, BRASIL

Ligiane de Almeida Gaspar
Mestra em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
E-mail: admligianegaspar@gmail.com

Eliakim Marques Serrão
Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
E-mail: eliakim.serrao@ufam.edu.br

Evely Laranjeira Marques
Mestranda em Ciências, Tecnologia e Saúde
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
E-mail: evely.marques@ufam.edu.br

Anderson de Souza Tavares
Mestre em Geografia
Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
E-mail: anderson.tavares@ifam.edu.br

Elenilda Serrão Rodrigues
Pós-graduada em Psicopedagogia
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Brasil
E-mail: ellemc.serrao@gmail.com

Emilly Felipe de Lima e Lima
Mestra em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
E-mail: emilly.corpy@gmail.com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Rute Holanda Lopes
Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
E-mail: rutelopes@ufam.edu.br

Suelania Cristina Gonzaga de Figueiredo
Doutora em Ciências da Educação
Universidade Nihon Gako-PI, Paraguai
E-mail: suelaniacgf@outlook.com

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) articula compras públicas da agricultura familiar e ações de segurança alimentar, porém sua implementação pode assumir características distintas conforme as condições institucionais, operacionais e territoriais locais. O estudo teve como objetivo analisar os fatores institucionais, operacionais e territoriais relacionados ao acesso, à permanência e aos efeitos percebidos do PAA em Parintins-AM, considerando as perspectivas de agricultores familiares beneficiários e não beneficiários, gestores públicos e representantes de entidades recebedoras. Trata-se de pesquisa de métodos mistos, exploratória, descritiva e analítica, com predominância qualitativa. Foram considerados 25 participantes: dez agricultores beneficiários, oito não beneficiários, dois gestores públicos e cinco representantes de entidades recebedoras. A coleta envolveu questionários aplicados aos agricultores e às entidades recebedoras, entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e grupos focais com agricultores familiares. A análise combinou estatística descritiva, análise temática de conteúdo e triangulação das perspectivas dos participantes. Entre os beneficiários, as maiores médias dos efeitos percebidos foram observadas para renda familiar (5,0), comercialização (4,8), segurança alimentar (4,6) e investimento produtivo (4,2). Entre os não beneficiários, cinco dos oito participantes (62,5%) apontaram a falta de informação como principal dificuldade de acesso. Nove dos dez beneficiários relataram dificuldades de transporte, enquanto as cinco entidades recebedoras perceberam efeitos positivos sobre a alimentação dos públicos atendidos. Os resultados indicam que os benefícios percebidos coexistem com barreiras presentes em diferentes etapas da implementação, associadas à interação entre condições institucionais, operacionais e territoriais.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Palavras-chave: Agricultura familiar; Compras públicas; Governança; Logística; Segurança alimentar.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) combines public procurement from family farming with food security actions; however, its implementation may vary according to local institutional, operational, and territorial conditions. This study aimed to analyze the institutional, operational, and territorial factors related to access, continued participation, and perceived effects of the PAA in Parintins, Amazonas, Brazil, considering the perspectives of beneficiary and non-beneficiary family farmers, public managers, and representatives of recipient organizations. This mixed-methods, exploratory, descriptive, and analytical study adopted a predominantly qualitative approach. Twenty-five participants were considered: ten beneficiary farmers, eight non-beneficiary farmers, two public managers, and five representatives of recipient organizations. Data collection included questionnaires administered to farmers and recipient organizations, semi-structured interviews with public managers, and focus groups with family farmers. The analysis combined descriptive statistics, thematic content analysis, and triangulation of participants' perspectives. Among beneficiary farmers, the highest perceived-effect scores were observed for family income (5.0), commercialization (4.8), food security (4.6), and productive investment (4.2). Among non-beneficiaries, five of eight participants (62.5%) identified lack of information as the main difficulty in accessing the program. Nine of ten beneficiaries reported transportation difficulties, while all five recipient organizations perceived positive effects on the food provided to their target populations. The findings indicate that perceived benefits coexist with barriers across different stages of implementation, associated with interactions among institutional, operational, and territorial conditions.

Keywords: Family farming; Public procurement; Governance; Logistics; Food security.

RESUMEN

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) articula las compras públicas de la agricultura familiar con acciones de seguridad alimentaria; sin embargo, su implementación puede presentar características diferentes según las condiciones institucionales, operativas y territoriales locales. El objetivo del estudio fue analizar los factores institucionales, operativos y territoriales relacionados con el acceso, la permanencia y los efectos percibidos del PAA en Parintins, Amazonas, Brasil, considerando las perspectivas de agricultores familiares beneficiarios y no beneficiarios, gestores públicos y representantes de entidades receptoras. Se trata de una investigación de métodos mixtos, exploratoria, descriptiva y analítica, con predominio cualitativo. Se consideraron 25 participantes: diez

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

agricultores beneficiarios, ocho no beneficiarios, dos gestores públicos y cinco representantes de entidades receptoras. La recolección incluyó cuestionarios aplicados a los agricultores y a las entidades receptoras, entrevistas semiestructuradas con gestores públicos y grupos focales con agricultores familiares. El análisis combinó estadística descriptiva, análisis temático de contenido y triangulación de las perspectivas de los participantes. Entre los beneficiarios, las mayores puntuaciones de efectos percibidos correspondieron a ingresos familiares (5,0), comercialización (4,8), seguridad alimentaria (4,6) e inversión productiva (4,2). Entre los no beneficiarios, cinco de ocho participantes (62,5%) señalaron la falta de información como principal dificultad de acceso. Nueve de diez beneficiarios informaron dificultades de transporte, mientras que las cinco entidades receptoras percibieron efectos positivos sobre la alimentación de los públicos atendidos. Los resultados indican que los beneficios percibidos coexisten con barreras presentes en diferentes etapas de la implementación, asociadas con la interacción entre condiciones institucionales, operativas y territoriales.

Palabras clave: Agricultura familiar; Compras públicas; Gobernanza; Logística; Seguridad alimentaria.

1. Introdução

A agricultura familiar desempenha papel relevante na produção e no abastecimento de alimentos, na geração de renda e na manutenção das atividades produtivas nos espaços rurais. Entretanto, a participação dos agricultores nos mercados pode ser limitada por dificuldades relacionadas à comercialização, infraestrutura, organização produtiva e acesso às políticas públicas. Nesse contexto, as compras públicas de alimentos constituem um mecanismo de aproximação entre a produção familiar e a demanda institucional, possibilitando a formação de mercados para os agricultores e, simultaneamente, o atendimento de finalidades sociais e alimentares.

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui uma das principais políticas estruturadas nessa perspectiva. A Lei nº 14.628/2023 instituiu o PAA em sua configuração atual, estabelecendo entre suas finalidades o incentivo à agricultura familiar, a promoção da inclusão econômica e social, a geração de renda e a ampliação do acesso à alimentação. Sua regulamentação articula beneficiários

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

fornecedores, unidades recebedoras e beneficiários consumidores, conectando produção agrícola, comercialização institucional e abastecimento alimentar.

A literatura recente apresenta evidências de resultados positivos associados às compras públicas da agricultura familiar. Casagrande *et al*. (2024), mediante métodos quase-experimentais, identificaram efeito positivo da participação no PAA sobre o valor da produção dos agricultores familiares analisados. Sambuichi *et al*. (2024) também encontraram efeitos positivos sobre a renda bruta da produção e a diversidade produtiva entre participantes do programa. Esses estudos evidenciam o potencial econômico da política, embora seus resultados não signifiquem que os agricultores disponham das mesmas condições de acesso e permanência.

A operacionalização dos mercados institucionais envolve procedimentos administrativos, circulação de informações, documentação, capacidade produtiva, assistência técnica e condições para transporte e entrega dos alimentos. Cecconello *et al*. (2023) identificaram desafios relacionados à burocracia e à informação na participação de agricultores familiares em mercados institucionais. Soares *et al*. (2024), ao investigarem técnicos e gestores de organizações da agricultura familiar, também demonstraram que os benefícios das compras públicas coexistem com desafios associados às condições concretas de participação e operacionalização.

Essas questões assumem características particulares em contextos amazônicos, nos quais extensas distâncias, condições de deslocamento, acesso às comunidades e variações sazonais podem interagir com as capacidades institucionais e operacionais responsáveis pela execução das políticas. Cabral *et al*. (2025), ao analisarem compras públicas de alimentos regionais provenientes da agricultura familiar em municípios da Amazônia Oriental, destacam a importância de considerar os mercados institucionais em articulação com as características produtivas e territoriais amazônicas.

No município de Parintins-AM, a análise do PAA permite incorporar diferentes posições ocupadas pelos participantes ao longo de sua implementação. A pesquisa contemplou agricultores beneficiários e não beneficiários, gestores públicos e representantes de entidades recebedoras, permitindo reunir informações sobre

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

características socioeconômicas e produtivas, acesso ao programa, comercialização, logística, governança, alimentação e aspectos operacionais.

A integração dessas perspectivas possibilita analisar o programa para além da presença ou ausência do agricultor entre seus beneficiários. Informação e ingresso, planejamento produtivo, comercialização, transporte, armazenamento, recebimento e distribuição constituem momentos relacionados de um processo de implementação no qual diferentes atores interagem.

Diante desse contexto, o estudo procura responder à seguinte questão: como fatores institucionais, operacionais e territoriais se relacionam com o acesso, a permanência e os efeitos percebidos do Programa de Aquisição de Alimentos em Parintins-AM? O objetivo consiste em analisar os fatores institucionais, operacionais e territoriais relacionados ao acesso, à permanência e aos efeitos percebidos do PAA em Parintins-AM, a partir das perspectivas de agricultores familiares beneficiários e não beneficiários, gestores públicos e representantes de entidades recebedoras.

2. Revisão da Literatura

2.1 Compras públicas de alimentos, PAA e agricultura familiar

As compras públicas de alimentos utilizam a demanda institucional do Estado para adquirir produtos destinados a programas, equipamentos públicos e organizações sociais. Quando direcionadas à agricultura familiar, podem constituir canais diferenciados de comercialização e aproximar objetivos econômicos, sociais e alimentares. Stein *et al*. (2022) destacam que o poder de compra público pode ser utilizado como instrumento de transformação dos sistemas alimentares quando incorpora objetivos relacionados à produção, alimentação e sustentabilidade.

No Brasil, o PAA constitui uma das principais experiências dessa articulação. A Lei nº 14.628/2023 estabelece entre suas finalidades o incentivo à agricultura familiar, a inclusão econômica e social, a geração de renda e a promoção do acesso à alimentação. O Decreto nº 11.802/2023 regulamenta o programa e diferencia

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

beneficiários fornecedores, unidades recebedoras e beneficiários consumidores, demonstrando que a operacionalização da política envolve atores posicionados em diferentes etapas.

Os resultados econômicos do programa vêm sendo analisados por pesquisas nacionais. Casagrande *et al*. (2024) identificaram efeito positivo de 13,1% sobre o valor da produção dos participantes considerados em seu estudo. Sambuichi *et al*. (2024), por sua vez, estimaram aumento médio de 24,2% na renda bruta da produção dos agricultores participantes da modalidade analisada, além de efeitos positivos sobre a diversidade produtiva.

Essas evidências oferecem referência para a interpretação dos resultados encontrados em Parintins, mas devem ser comparadas com cautela. Enquanto os estudos citados utilizaram estratégias quantitativas voltadas à estimação de efeitos, a presente pesquisa utiliza indicadores quantitativos de caráter descritivo e percepções dos participantes. Por essa razão, renda, comercialização, investimento produtivo e segurança alimentar são tratados neste artigo como efeitos percebidos, e não como estimativas causais do impacto do programa.

2.2 Acesso, capacidade institucional e governança

A existência de produção agrícola e interesse em comercializar não garante, isoladamente, o ingresso dos agricultores nos mercados institucionais. Entre a produção e a participação efetiva encontram-se informação, procedimentos administrativos, documentação, assistência técnica, requisitos formais e capacidade de articulação entre agricultores e instituições executoras.

Cecconello *et al*. (2023) demonstram que os mercados institucionais apresentam simultaneamente potencialidades e dificuldades para a agricultura familiar, incluindo desafios relacionados à burocracia e à circulação de informações. Souza *et al*. (2023), ao analisarem compras públicas da agricultura familiar em instituições públicas do Nordeste brasileiro, também identificaram obstáculos associados às condições estruturais e aos requisitos necessários ao fornecimento dos produtos.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

A capacidade institucional local constitui outro elemento importante. Embora analisando o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Fonseca *et al*. (2025) demonstram que capacidade estatal, assistência técnica, financiamento, formalização e características regionais estão relacionados ao desempenho das compras da agricultura familiar. A comparação é pertinente porque evidencia que a existência de regras nacionais não elimina as diferenças nas condições locais de implementação.

A governança acrescenta outra dimensão ao problema. O agricultor pode estar formalmente inserido em um programa e, ainda assim, apresentar avaliações distintas sobre comunicação, transparência, critérios e participação nas decisões. No presente estudo, esses componentes são considerados conjuntamente com informação, documentação, cadastramento, assistência técnica e capacidade administrativa na interpretação da dimensão institucional.

2.3 Logística e condições territoriais da implementação

As compras públicas não se encerram no momento da aquisição. Os alimentos precisam ser produzidos, acondicionados, transportados, recebidos e distribuídos em condições compatíveis com a finalidade do programa. Por isso, transporte, armazenamento, planejamento e regularidade constituem elementos relevantes para compreender a operacionalização dos mercados institucionais.

Soares *et al*. (2024), ao analisarem perspectivas de técnicos e gestores de organizações da agricultura familiar, identificaram benefícios e desafios relacionados aos programas públicos de aquisição, demonstrando a necessidade de considerar as condições concretas enfrentadas pelos fornecedores. Elias *et al*. (2025), em revisão integrativa sobre compras públicas da agricultura familiar, ampliam essa perspectiva ao analisar as relações estabelecidas entre diferentes etapas dos sistemas alimentares, da produção ao consumo.

Em territórios amazônicos, essas questões precisam ser examinadas em articulação com as características locais. Cabral *et al*. (2025) evidenciam a relevância das compras públicas para alimentos regionais e produção familiar na

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Amazônia Oriental, destacando a relação entre mercados institucionais, sistemas produtivos locais e características territoriais.

Neste trabalho, a dimensão operacional compreende principalmente planejamento, continuidade, transporte, armazenamento, entrega e distribuição. A dimensão territorial contempla distância, condições de acesso às comunidades, conectividade, deslocamentos fluviais e sazonalidade. Essas dimensões não são consideradas independentes, pois uma dificuldade de transporte, por exemplo, pode envolver simultaneamente distância, infraestrutura, disponibilidade de recursos, planejamento institucional e condições sazonais.

2.4 Compras públicas e segurança alimentar

A especificidade do PAA também reside na conexão entre produção agrícola e acesso à alimentação. Os produtos adquiridos dos agricultores são destinados a unidades recebedoras e posteriormente utilizados ou distribuídos aos beneficiários consumidores, fazendo com que a operacionalização do programa envolva tanto a perspectiva dos fornecedores quanto a dos públicos atendidos.

Sambuichi *et al*. (2024) situam as compras públicas em uma interface entre fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Elias *et al*. (2025) reforçam essa compreensão ao analisar as compras públicas dentro dos sistemas alimentares e considerar suas relações com diferentes etapas entre produção e consumo.

A incorporação das entidades recebedoras à análise desenvolvida em Parintins possibilita observar uma etapa que não aparece quando a investigação se concentra exclusivamente no agricultor fornecedor. Os instrumentos destinados às entidades abordaram frequência de recebimento, tipos de produtos, regularidade das entregas, quantidade, qualidade e percepções relacionadas à alimentação dos públicos atendidos.

Dessa forma, a literatura sustenta a análise do PAA como uma política que articula produção, comercialização institucional e alimentação, enquanto os dados

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

empíricos permitem examinar como essa articulação é experimentada pelos diferentes participantes no contexto investigado.

3. Metodologia

O estudo adotou abordagem de métodos mistos, de caráter exploratório, descritivo e analítico, com predominância qualitativa (Creswell, 2010). O componente relacionado à gestão e às entidades recebedoras foi analisado sob a perspectiva de estudo de caso, considerando o fenômeno em seu contexto real (Yin, 2015), enquanto os dados quantitativos foram utilizados para caracterização dos participantes e descrição das respostas, sem aplicação de testes de inferência estatística.

Participaram da pesquisa 25 indivíduos, distribuídos em quatro grupos analíticos: dez agricultores familiares beneficiários do PAA, oito agricultores familiares não beneficiários, dois gestores públicos envolvidos na implementação do programa e cinco representantes de entidades recebedoras. A seleção foi intencional, considerando a relação dos participantes com o PAA e sua operacionalização local, incluindo beneficiários do último ciclo, agricultores não cadastrados no período analisado e atores diretamente envolvidos na gestão, recebimento ou distribuição dos alimentos.

A coleta de dados foi realizada por meio de instrumentos específicos para cada grupo. Entre os agricultores familiares, foram levantadas informações socioeconômicas e produtivas, além de aspectos relacionados ao acesso ao PAA, comercialização, logística, segurança alimentar e governança. Para os beneficiários, os efeitos percebidos sobre renda, comercialização, investimento produtivo e segurança alimentar foram avaliados por escala Likert de 1 a 5, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

Também foram realizados grupos focais presenciais com agricultores beneficiários e não beneficiários, buscando aprofundar percepções e experiências compartilhadas pelos participantes, conforme a abordagem proposta por Gatti

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

(2012). Os encontros seguiram roteiros específicos, com autorização para gravação, garantia de anonimato e confidencialidade e posterior transcrição do material para análise qualitativa.

Com os gestores públicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas aos processos de planejamento, execução, documentação, recursos, articulação institucional e logística do PAA. Aos representantes das entidades recebedoras foi aplicado questionário específico sobre caracterização institucional, participação no programa, produtos recebidos, qualidade e quantidade dos alimentos, regularidade das entregas, dificuldades operacionais e percepções relacionadas à alimentação dos públicos atendidos.

Para preservar a identidade dos participantes, foram adotados códigos alfanuméricos, sendo AB para agricultores beneficiários, ANB para agricultores não beneficiários, G para gestores e E para entidades recebedoras, acompanhados de numeração. Os dados quantitativos foram organizados mediante estatística descritiva, utilizando frequências absolutas, percentuais e médias, sem comparações inferenciais entre beneficiários e não beneficiários em razão do número de participantes e das características do delineamento.

Os dados qualitativos foram submetidos à análise temática de conteúdo, conforme Bardin (2016). O procedimento compreendeu organização e transcrição do material, leitura flutuante, codificação, identificação de núcleos de sentido e agrupamento das informações em categorias temáticas, permitindo sistematizar as experiências, dificuldades e percepções apresentadas pelos diferentes grupos investigados.

Na etapa de integração, os resultados dos diferentes grupos foram comparados para identificar convergências, diferenças e complementaridades. A triangulação foi organizada em três dimensões analíticas: institucional, abrangendo informação, documentação, comunicação, assistência técnica e participação; operacional, envolvendo planejamento, continuidade, transporte, armazenamento e entrega; e territorial, relacionada à distância, conectividade, acesso fluvial e sazonalidade. Essas dimensões foram utilizadas como estratégia de integração e

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

interpretação dos resultados, não constituindo um modelo destinado à demonstração de relações causais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos agricultores e condições de acesso ao PAA

Participaram desta etapa 18 agricultores familiares, sendo dez beneficiários e oito não beneficiários do PAA. Entre os beneficiários, quatro participantes (40%) tinham entre 60 e 69 anos, três (30%) entre 40 e 49 anos, dois (20%) entre 30 e 39 anos e um (10%) entre 50 e 59 anos. Entre os não beneficiários, quatro (50%) estavam na faixa de 30 a 39 anos, três (37,5%) entre 40 e 49 anos e um (12,5%) entre 50 e 59 anos.

As mulheres corresponderam a seis participantes (60%) entre os beneficiários e quatro (50%) entre os não beneficiários. O número médio de pessoas no domicílio foi de 4,1 entre beneficiários e 4,9 entre não beneficiários. A área média cultivada correspondeu a 8,7 ha e 2,5 ha, respectivamente, enquanto a renda agrícola mensal média declarada foi de R$ 2.030,00 entre os beneficiários e R$ 1.950,00 entre os não beneficiários.

Tabela 1. Caracterização selecionada dos agricultores familiares participantes

Variável	Beneficiários (n=10)	Não beneficiários (n=8)
Faixa etária mais frequente	60–69 anos: 4 (40%)	30–39 anos: 4 (50%)
Mulheres	6 (60%)	4 (50%)
Pessoas no domicílio, média	4,1	4,9
Área cultivada, média	8,7 ha	2,5 ha
Renda agrícola mensal, média	R$ 2.030,00	R$ 1.950,00
Frutíferas	8 (80%)	7 (87,5%)
Raízes e tubérculos	8 (80%)	5 (62,5%)
Hortaliças	7 (70%)	2 (25%)

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Fonte: Dados da pesquisa.

As diferenças observadas descrevem o perfil dos participantes, mas não permitem afirmar que idade, sexo, renda ou tamanho da área cultivada tenham determinado o ingresso no programa. Essa cautela decorre do caráter descritivo da análise quantitativa e da inexistência de testes destinados à identificação de relações causais entre essas características e a participação no PAA.

A análise dos agricultores não beneficiários oferece uma perspectiva mais direta sobre as condições de acesso. Todos os oito participantes declararam conhecer o PAA e manifestaram interesse em participar. Entretanto, cinco deles (62,5%) apontaram a falta de informação como principal dificuldade de acesso, enquanto cadastramento, logística e instabilidade foram indicados individualmente por um participante cada (12,5%).

Esse resultado evidencia uma diferença entre conhecer a existência do PAA e possuir informações suficientes para compreender seus procedimentos de participação. Essa questão também apareceu nos relatos qualitativos: “Mas o que falta aqui pra nós é isso, informação sobre esses programas, até mesmo sobre o PAA, eu não sei como ele funciona...” (ANB1).

Além da informação, os relatos revelaram dificuldades relacionadas à proximidade dos serviços públicos e à conectividade. Participantes mencionaram custos e deslocamentos necessários para chegar à sede municipal, além de limitações de acesso à internet nas comunidades rurais.

Os resultados encontram aproximação com Cecconello *et al*. (2023), que identificaram informação e burocracia entre os desafios presentes nos mercados institucionais da agricultura familiar. Souza *et al*. (2023) também demonstraram que a participação nas compras públicas pode envolver condições estruturais e requisitos que ultrapassam a simples disponibilidade de produtos.

No contexto analisado, portanto, as dificuldades percebidas pelos não beneficiários não decorreram da ausência de interesse em participar. Informação, acesso aos serviços, conectividade, documentação e deslocamento apareceram

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

associados às experiências dos agricultores, indicando interação entre elementos institucionais e territoriais.

4.2 Benefícios percebidos, permanência e governança

Entre os dez agricultores beneficiários, cinco ingressaram no PAA em 2023 e cinco em 2024. Sete participantes (70%) informaram frequência anual de comercialização pelo programa e três (30%), frequência semestral.

Os efeitos percebidos foram avaliados por escala Likert de 1 a 5. O aumento da renda familiar apresentou média de 5,0, seguido pela facilitação da comercialização, com 4,8; contribuição para a segurança alimentar, com 4,6; e incentivo a investimentos na produção, com média de 4,2.

Em contraste, os indicadores relacionados à governança apresentaram médias inferiores. A transparência na condução do programa apresentou média de 2,4 ± 1,9; a clareza dos critérios, 2,2 ± 1,9; e a participação nas decisões, 1,5 ± 1,3.

Tabela 2. Efeitos percebidos e avaliação de componentes da governança entre agricultores beneficiários

Dimensão	Indicador	Resultado
Efeitos percebidos	Renda familiar	5,0
	Comercialização	4,8
	Segurança alimentar	4,6
	Investimento produtivo	4,2
Governança	Transparência	2,4 ± 1,9
	Clareza dos critérios	2,2 ± 1,9
	Participação nas decisões	1,5 ± 1,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados evidenciam uma diferença entre a avaliação dos benefícios percebidos e a avaliação de determinados componentes da governança. Os agricultores atribuíram valores elevados aos efeitos relacionados à renda e comercialização, mas valores inferiores à participação, clareza e transparência.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Essa diferença também apareceu qualitativamente. Um dos participantes relatou que a informação “não é diretamente pro agricultor, é através de outras pessoas que nós ficamos sabendo” (AB1). A continuidade e a temporalidade das ações também apareceram entre as preocupações dos beneficiários. Um participante sintetizou essa questão ao afirmar: “quando abre o programa, já tá passando do tempo da produção” (AB6).

O relato associa a temporalidade institucional do programa ao calendário produtivo percebido pelo agricultor. Isoladamente, ele não permite afirmar que o calendário institucional seja responsável por perdas produtivas, mas demonstra a importância atribuída pelos participantes à previsibilidade e à articulação entre programação das compras e ciclos produtivos.

As percepções positivas relacionadas à renda e à comercialização encontram aproximação com os resultados de Casagrande *et al*. (2024) e Sambuichi *et al*. (2024), que identificaram efeitos econômicos positivos associados ao PAA. Entretanto, os resultados não são diretamente equivalentes. Enquanto esses estudos utilizaram estratégias quantitativas voltadas à estimação de efeitos, os resultados de Parintins representam avaliações declaradas pelos participantes.

Dessa forma, os resultados locais sustentam a conclusão de que os agricultores beneficiários perceberam efeitos favoráveis sobre renda, comercialização, segurança alimentar e investimentos produtivos, mas não permitem estimar causalmente a magnitude desses efeitos.

4.3 Logística e condições territoriais

A logística constituiu uma das dimensões de maior convergência entre os diferentes grupos investigados. Entre os beneficiários, cinco agricultores (50%) utilizavam veículo próprio para entrega dos produtos, quatro (40%) transporte coletivo ou comunitário e um (10%) frete ou outra modalidade. Nove dos dez participantes (90%) relataram dificuldades relacionadas ao transporte.

Quanto ao armazenamento, seis beneficiários (60%) declararam possuir espaço considerado adequado, enquanto quatro (40%) responderam

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

negativamente. Todos os dez participantes relataram ocorrência de alguma perda de alimentos antes da entrega. Esse último resultado representa a ocorrência relatada de perdas, e não a perda integral ou determinada porcentagem da produção.

Os relatos qualitativos ajudam a compreender como essas dificuldades eram experimentadas pelos agricultores. Foram mencionados custos relacionados ao pagamento de caminhão e balsa, ausência de transporte próprio e limitações de infraestrutura para armazenamento.

Entre os não beneficiários, a logística também apareceu associada aos custos de escoamento da produção. Os relatos mencionaram despesas com embarcações, deslocamentos até a cidade e transporte dos produtos até os locais de comercialização.

A mesma questão apareceu na perspectiva das entidades recebedoras. Quatro das cinco entidades (80%) relataram problemas relacionados ao transporte e ao acesso ou retirada dos alimentos. Também foram identificadas dificuldades relacionadas à organização das entregas, armazenamento e correspondência entre a quantidade planejada e a efetivamente recebida.

A perspectiva dos gestores acrescentou a sazonalidade à interpretação. Um dos participantes relatou:“[...] tivemos que alterar datas, rotas [...] conforme cheia e seca dos rios [...] transporte fluvial fica mais lento [...] difícil acessar as comunidades.” (G2).

A presença de dificuldades logísticas nas perspectivas de beneficiários, não beneficiários, entidades recebedoras e gestores constitui um dos principais pontos de convergência da pesquisa. Entretanto, os relatos mostram que logística e território não devem ser tratados como dimensões isoladas.

As dificuldades de transporte podem envolver simultaneamente distância, acesso fluvial, infraestrutura disponível, recursos financeiros, armazenamento, planejamento das entregas e variação sazonal das condições de deslocamento. Dessa forma, os resultados sugerem que características territoriais interagem com condições operacionais e institucionais da implementação.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Essa interpretação evita atribuir as dificuldades exclusivamente à geografia amazônica. O território estabelece condições específicas para a operacionalização do programa, mas a maneira como essas condições repercutem sobre sua execução também depende de planejamento, infraestrutura e capacidade de articulação.

4.4 Entidades recebedoras, alimentação e operacionalização

Participaram da pesquisa cinco entidades recebedoras, sendo três Organizações da Sociedade Civil e duas associações comunitárias. As instituições atendiam diferentes públicos em situação de vulnerabilidade, incluindo famílias de baixa renda, crianças, pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O tempo de atuação das entidades variou entre cinco e 41 anos, e algumas atendiam até 275 famílias.

A maioria das entidades passou a receber alimentos do PAA a partir de 2023, e entre os produtos recebidos estavam macaxeira, banana, melancia, jerimum, milho, peixe, ovos e polpas de frutas. Os alimentos eram utilizados principalmente de duas formas: preparação de refeições e cardápios pelas próprias instituições ou distribuição direta às famílias atendidas.

Todas as cinco entidades relacionaram o programa à melhoria da alimentação dos públicos atendidos. Quatro delas (80%) mencionaram apoio a famílias em situação de vulnerabilidade e três (60%) relacionaram o PAA ao enfrentamento da fome ou da insegurança alimentar. Uma representante sintetizou essa percepção ao mencionar: “Esse alimento na refeição das crianças [...] proporcionar a segurança alimentar [...]” (E3).

Esses resultados devem ser compreendidos como percepções das entidades recebedoras. A pesquisa não realizou avaliação nutricional dos beneficiários consumidores nem mensurou causalmente alterações na situação de segurança alimentar. Assim, os dados permitem afirmar que as entidades perceberam efeitos positivos sobre a alimentação, mas não quantificar sua magnitude.

A etapa de recebimento também apresentou dificuldades operacionais. Três das cinco entidades (60%) mencionaram descontinuidade; três (60%), falta de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

planejamento ou organização; duas (40%), dificuldades de comunicação ou articulação; e duas (40%), incompatibilidade entre quantidade recebida e demanda.

Na perspectiva dos gestores, foram relatados mecanismos de acompanhamento, como conferência e pesagem dos produtos, monitoramento das entregas, participação do conselho e orientação aos agricultores.

A comparação evidencia que a existência de procedimentos institucionais de acompanhamento não elimina necessariamente as dificuldades percebidas pelas entidades e agricultores. Mais do que perspectivas contraditórias, os relatos representam posições diferentes dentro do processo: enquanto a gestão descreve os mecanismos utilizados para executar e acompanhar o programa, agricultores e entidades descrevem como determinados processos são experimentados durante sua participação.

4.5 Síntese integrada dos condicionantes da implementação

A triangulação dos resultados permitiu identificar convergências e especificidades entre os quatro grupos investigados. Informação e comunicação apareceram principalmente entre os agricultores; documentação foi destacada por agricultores não beneficiários e gestores; transporte apareceu nos quatro grupos; continuidade foi mencionada por agricultores e entidades; e sazonalidade adquiriu maior destaque na perspectiva dos gestores.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Quadro 1. Síntese das dimensões identificadas entre os diferentes participantes

Dimensão	Beneficiários (n = 10)	Não beneficiários (n = 8)	Gestores (n = 2)	Entidades recebedoras (n = 5)
Informação/comunicação	Dificuldades relatadas	Principal barreira mencionada	Mobilização e orientação	Dificuldades de articulação
Documentação	Menor destaque	Dificuldades relatadas	Gargalo operacional	Menor destaque
Comercialização	Benefício percebido	Interesse em participar	Valorização da produção	Relação indireta
Continuidade	Dificuldade percebida	Instabilidade mencionada	Desafio de execução	3/5 mencionaram
Transporte	9/10 relataram dificuldades	Custos de escoamento	Rotas e acesso	4/5 relataram dificuldades
Armazenamento	4/10 sem espaço adequado	Menor destaque	Necessidade operacional	Dificuldade mencionada
Assistência técnica	Demanda por apoio	Demanda por orientação	Ações de orientação	Menor destaque
Alimentação	Efeito percebido	Expectativa de benefício	Benefício reconhecido	5/5 perceberam melhoria
Condições territoriais	Ciclos produtivos e deslocamento	Distância e acesso	Cheia, seca e rotas	Repercussões operacionais

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da pesquisa.

A triangulação evidencia que as dificuldades não estão concentradas em um único ponto da implementação. Elas aparecem desde o acesso inicial dos agricultores até o recebimento e distribuição dos alimentos pelas entidades.

A dimensão institucional reúne informação, documentação, comunicação, assistência técnica e participação. A dimensão operacional contempla planejamento, continuidade, transporte, armazenamento e entrega. A dimensão territorial incorpora distância, acesso às comunidades, conectividade, deslocamento fluvial e sazonalidade.

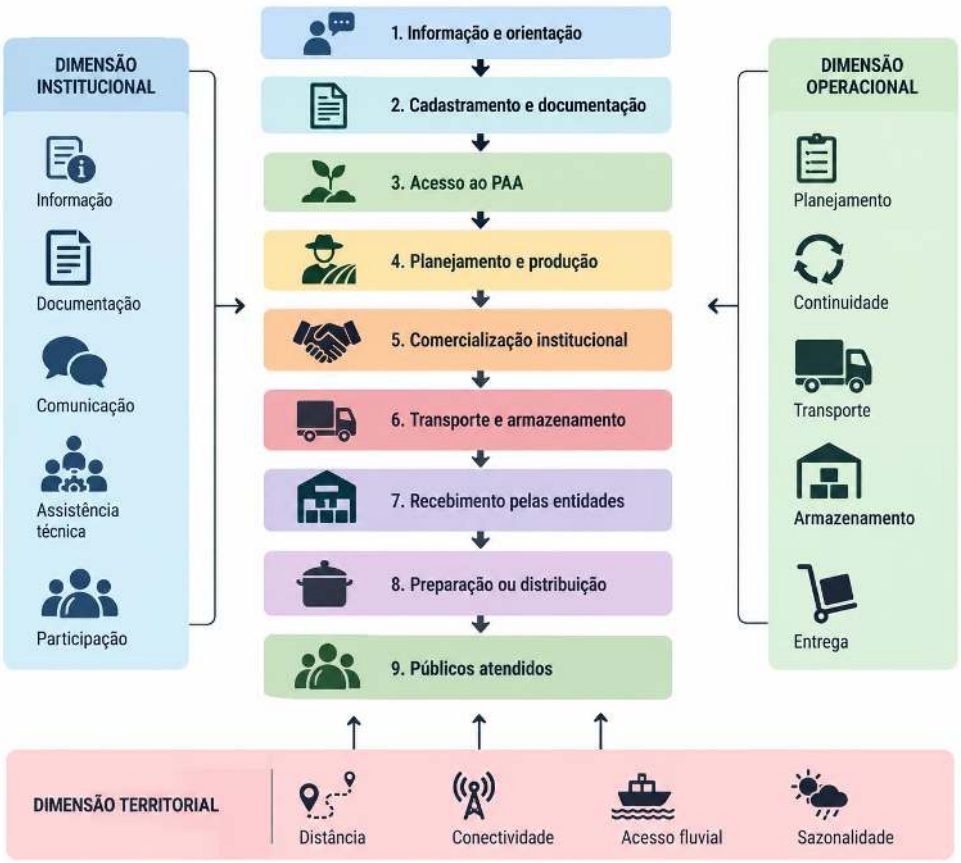
Essas dimensões apresentam relações entre si. A distância de uma comunidade, por exemplo, pode adquirir maior relevância quando combinada com custos de transporte, dificuldade de comunicação ou alteração sazonal das rotas. Da mesma forma, a existência de produção não garante sua comercialização institucional quando informação, calendário ou logística dificultam o processo.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Figura 1. Síntese analítica das dimensões relacionadas à implementação do PAA em Parintins-AM



Fonte: elaboração dos autores a partir dos resultados da pesquisa.

A Figura 1 constitui uma síntese analítica dos achados e não um modelo causal. Sua finalidade é representar como os elementos identificados pelos participantes aparecem ao longo das etapas de implementação.

O principal resultado da triangulação reside justamente nessa integração: os benefícios percebidos do PAA coexistem com barreiras institucionais, operacionais e territoriais presentes em diferentes momentos da implementação. A relevância dessas barreiras não decorre apenas da frequência de cada problema isoladamente, mas da recorrência de questões semelhantes entre atores posicionados em diferentes etapas do programa.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Nesse sentido, o acesso não pode ser compreendido exclusivamente como cadastramento, assim como a permanência não se resume à continuidade formal do agricultor no programa. A participação envolve uma sequência de condições que inclui acesso à informação, documentação, organização produtiva, compatibilidade entre calendário institucional e produção, comercialização, transporte, armazenamento e entrega.

Da mesma forma, a etapa posterior à aquisição também influencia o funcionamento do programa. As dificuldades relatadas pelas entidades recebedoras demonstram que regularidade, quantidade, logística e organização das entregas permanecem relevantes depois que o alimento deixa a unidade produtiva.

A análise integrada amplia, portanto, a compreensão da implementação do PAA em Parintins ao mostrar que agricultores, gestores e entidades não vivenciam processos independentes. As dificuldades identificadas em uma etapa podem alcançar etapas subsequentes, ainda que o delineamento adotado não permita estabelecer relações causais entre elas.

5. Conclusão

A análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Parintins-AM, a partir das perspectivas de agricultores beneficiários e não beneficiários, gestores públicos e entidades recebedoras, evidenciou a coexistência entre benefícios percebidos e dificuldades relacionadas às condições de implementação. Entre os beneficiários, destacaram-se avaliações positivas quanto à renda, comercialização, segurança alimentar e investimentos produtivos, enquanto participação nas decisões, clareza dos critérios e transparência apresentaram avaliações inferiores, indicando que os benefícios econômicos percebidos não correspondem, necessariamente, a uma avaliação igualmente positiva dos componentes de governança.

Entre os agricultores não beneficiários, todos conheciam o PAA e manifestaram interesse em participar, porém a insuficiência de informações foi a

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

dificuldade de acesso mencionada com maior frequência. Distância dos serviços públicos, conectividade, documentação e custos de deslocamento também apareceram nos relatos. A logística, por sua vez, constituiu o principal ponto de convergência entre os grupos, envolvendo dificuldades de transporte, armazenamento, perdas, retirada e entrega dos alimentos, além de alterações de rotas e datas em função das condições de cheia e seca.

As entidades recebedoras perceberam efeitos positivos do PAA sobre a alimentação dos públicos atendidos, especialmente entre grupos em situação de vulnerabilidade, embora esses resultados não permitam estabelecer relações causais ou mensurar alterações nutricionais. Em resposta à questão proposta, conclui-se que fatores institucionais, operacionais e territoriais aparecem relacionados ao acesso, à permanência e ao funcionamento do programa, envolvendo informação, documentação, comunicação, planejamento, continuidade, transporte, armazenamento, distância, conectividade, acesso fluvial e sazonalidade.

A principal contribuição do estudo consiste na integração das perspectivas de atores posicionados em diferentes etapas do PAA, evidenciando que dificuldades observadas em determinado ponto da implementação podem repercutir nas etapas seguintes. Os resultados apontam para a importância de compreender as compras públicas como um processo articulado entre produção, gestão, logística, recebimento e distribuição, além de ampliar os fluxos de informação e orientação, fortalecer a assistência técnica, aprimorar o planejamento dos ciclos de aquisição e desenvolver soluções de transporte e armazenamento compatíveis com as condições territoriais locais.

Por fim, o caráter predominantemente qualitativo e descritivo e o número reduzido de participantes em determinados grupos limitam a generalização estatística dos resultados. Estudos futuros poderão acompanhar diferentes ciclos do PAA, ampliar o número de participantes e realizar comparações entre municípios amazônicos, permitindo verificar a permanência, transformação ou especificidade dos padrões identificados.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Referências

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, 2016.

Brasil. "Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023." *Presidência da República, Casa Civil*, 28 Nov. 2023.

Brasil. "Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023." *Presidência da República, Casa Civil*, 20 July 2023.

Cabral, Bianca da Conceição, Felipe Fernando da Silva Siqueira, Andrea das Graças Ferreira Frazao, and Bernardo Tomchinsky. "Public Procurement of Regional Food from Family Farming in Municipalities of the Eastern Amazon." *Mundo Amazónico*, vol. 16, no. 1, 2025, e112178. doi:10.15446/ma.v16n1.112178.

Casagrande, Dieison, *et al*. "Public Food Procurement and Production: Evidence of the Food Acquisition Program in Brazil." *Food Policy*, vol. 126, 2024, 102656. doi:10.1016/j.foodpol.2024.102656.

Cecconello, Edinete Rita Folle, *et al*. "Challenges and Potentialities of Sustainability in the Institutional Food Market of Family Farming." *Sustainability*, vol. 15, no. 22, 2023, 15796. doi:10.3390/su152215796.

Creswell, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3rd ed., Artmed, 2010.

Elias, Lilian de Pellegrini, Gabriela Perin, Julia de Oliveira Silva, Lea Vidigal, and Felipe Jabali Marques. "Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa." *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 63, 2025, e286963. doi:10.1590/1806-9479.2025.286963.

Fonseca, Camila Veneo Campos, Yasmin Proença, Ivette Luna, and Maria Sylvia Macchione Saes. "Transformative Policies in Brazilian Agri-Food Systems: An

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 05/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/c63t1d48
Pages: 1-24

Analysis of Family Farm Procurement under the National School Feeding Program." *Food Policy*, vol. 132, 2025, 102856. doi:10.1016/j.foodpol.2025.102856.

Gatti, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Líber Livro, 2012.

Sambuichi, Regina Helena Rosa, Silvio da Rosa Paula, Gabriela Perin, Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida, Carla Gualdani, and Felipe Jabali Marques. "Public Food Procurement and Food Security: An Assessment of the Impacts of the PAA on Family Farming in Brazil." *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, vol. 63, 2024, pp. 197-225. doi:10.5380/dma.v63i0.91581.

Soares, Panmela, Suellen Secchi Martinelli, Elena Albero Atance, Rafaela Fabri, Vicente Clemente-Gómez, Mari Carmen Davó-Blanes, and Suzi Barletto Cavalli. "Benefits and Challenges of the Public Food Procurement Program: Perspectives of Technicians and Managers of Family Farmer Organizations in Brazil." *Heliyon*, vol. 10, no. 20, 2024, e39019. doi:10.1016/j.heliyon.2024.e39019.

Souza, Sthephany Rayanne Gomes de, Diôgo Vale, Hortência Ingreddys Fernandes do Nascimento, Juliano Capelo Nagy, Antônio Hermes Marques da Silva Junior, Priscilla Moura Rolim, and Larissa Mont'Alverne Jucá Seabra. "Food Purchase from Family Farming in Public Institutions in the Northeast of Brazil: A Tool to Reach Sustainable Development Goals." *Sustainability*, vol. 15, no. 3, 2023, 2220. doi:10.3390/su15032220.

Stein, Mark, Danny Hunter, Luana Swensson, Sergio Schneider, and Florence Tartanac. "Public Food Procurement: A Transformative Instrument for Sustainable Food Systems." *Sustainability*, vol. 14, no. 11, 2022, 6766. doi:10.3390/su14116766.

Yin, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5th ed., Bookman, 2015.

CC BY